

editorial

O movimento internacional contra o neoliberalismo e a guerra global permanente convoca jornadas de ação de massa durante o 5º encontro ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) que acontece em Cancun. Iniciativas estão sendo tomadas para preparar a intervenção dos movimentos sociais.

A reunião da OMC ocorre num contexto de escalada da militarização do planeta e está profundamente ligada a ela. A OMC é a guerra, através de outros meios. As multinacionais beneficiadas pela Organização são as mesmas que estão ganhando contratos milionários de reconstrução graças ao massacre promovido pelos EUA no Iraque. Enquanto a OMC tenta avançar, às vezes sem sucesso, no cronograma da liberalização, crescem as críticas à falta de democracia na instituição e ao modelo neoliberal que a criou.

O movimento de mulheres é parte do movimento global que está convocando os povos de todo o mundo a tirar a OMC dos trilhos. Em oito anos de existência essa instituição só serviu para promover pobreza e violência, reafirmando a opressão das mulheres.

As mulheres são 70% da população pobre do mundo, para quem o livre comércio não oferece solução nem oportunidades. Dizendo não à OMC e à tirania do livre comércio estamos recusando um sistema em que somos e seremos cada vez mais tratadas como mercadorias pelo fato de sermos mulheres.

Lutamos contra um modelo que faz propaganda da subordinação das mulheres e se apóia no silêncio, no machismo e no culto à família para difundir a aceitação de condições de trabalho cada vez piores, a privatização dos serviços e a liquidação dos direitos. Assim como não aceitamos que nossos corpos sejam postos à serviço da concorrência capitalista pelas campanhas publicitárias.

As Semprevistas

Feminismo contra a tirania do livre comércio

Por Julia Di Giovanni

Joaquim Duarte Neto



Mulheres em movimento para tirar a OMC dos trilhos

O livre comércio é um dos mitos fundamentais da globalização neoliberal. Nasce da fé no mercado como um mecanismo técnico e autônomo, na crença de que sua mão invisível e habilidosa vai resolver os problemas do desenvolvimento mundial, melhorar as condições de vida das pessoas. Ao longo da década de noventa se tornou um princípio professado por bandos de economistas, investidores, governos e instituições multilaterais.

A economia feminista já mostrou que existe uma escolha política por trás dessa e de outras visões supostamente “técnicas” que buscam legitimar acordos de abertura comercial, liquidação de direitos e perda de espaços públicos. Essa mentira encobre o fato de que qualquer mercado é parte de uma sociedade humana, é resultado da ação de pessoas e grupos e não um princípio autônomo

que produz e perpetua a si mesmo. O mercado é criado e controlado por vínculos e instituições de ordem política, social e cultural, como por exemplo a posição subalterna das mulheres.

A “liberalização” do comércio mundial foi instituída pela regulamentação crescente das economias de muitos países. A Organização Mundial do Comércio (OMC) foi criada em 1995 para estabelecer regras e promover políticas de liberalização relativas a comércio e investimentos internacionais. Hoje, nenhuma instituição internacional, nem a ONU, nem FMI, nem Banco Mundial tem tanto poder quanto a OMC - a única que possui mecanismos legais para obrigar os membros a cumprir seus acordos. Em nome da competição e do mercado, as regras da organização servem para controlar os governos para que ninguém mais possa controlar o que

continuação da capa

fazem as grandes empresas multinacionais que sustentam o poder dos países imperialistas. Em seus discursos, os defensores da OMC falam de “liberdade”, e “não discriminação”: liberdade para a circulação e a multiplicação dos capitais às custas do trabalho de mulheres e homens dos países do Sul, não discriminação entre o que é o direito de uma comunidade a viver como deseja e o que é interesse mesquinho de uma multinacional em satisfazer seus investidores. O que a OMC chama de “igualdade” é o que nós chamamos simplesmente de injustiça.

Pior para as mulheres

Entre outros temas preocupantes submetidos às decisões da OMC, quer-se renegociar o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (AGCS), que submete serviços sociais como saúde, educação e saneamento aos interesses de empresas transnacionais. No acordo, esses serviços e os direitos a que eles atendem passam a ser tratados como simples mercadorias a serem negociadas segundo as leis da concorrência de mercado. O custo social dessa privatização mais uma vez será pago pelas mulheres, que serão mais uma vez vistas como responsáveis pela garantia da alimentação, da saúde e educação de suas famílias, tendo que triplicar dentro e fora de casa seu trabalho já tão desvalorizado.

A OMC e o credo do livre comércio internacional passam por um momento decisivo, quando os países membros se preparam para a 5ª Reunião Ministerial da organização, que acontece de 10 a 14 de setembro de 2003, em Cancun, no México. Em meio a uma crise de legitimidade e credibilidade, o encontro deve ser marcado por impasses.

Entre os países membros em 2003, o desacordo nas negociações sobre as taxas cobradas sobre produtos agrícolas parece ser insolúvel. Quanto às negociações sobre propriedade intelectual que envolvem a briga sobre patentes de remé-



O mundo não é uma mercadoria, nós mulheres também não

dios, os EUA se mantêm intransigentes. Há outras insatisfações em relação aos chamados “novos temas”, como regras para investimentos, compras do setor público, políticas de concorrência comercial e serviços: enquanto a União Européia e os EUA desejam continuar expandindo os domínios da OMC, muitos países do Sul não estão dispostos a discutir esses assuntos, pelo menos enquanto os países ricos não acenarem com vantagens para a exportação de produtos agrícolas, área em que as superpotências - no estilo “façam o que eu digo, não façam o que eu faço” - mantêm seu protecionismo inabalável.

Tirania do livre comércio

Junto com o livre comércio, o “multilateralismo” também serviu por muito tempo para legitimar as negociações da OMC, mas numa ordem mundial militarizada e dominada por ações unilaterais dos EUA, é cada vez mais difícil que alguém acredite na promessa. Segundo Maria Luísa Mendonça, em seu artigo recente divulgado pela Campanha Nacional contra a Alca, “A fórmula é a mesma utilizada no Conselho de Segurança da ONU: os EUA fazem a cena da negociação multilateral, mas se suas posições não são aceitas, seguem rumo próprio. Seus principais interesses são manter o dólar como referência mundial, garantir controle total sobre o FMI e o

Banco Mundial, monopolizar os processos de privatização em outros países e manter seu protecionismo comercial. De acordo com essa estratégia, os países latino-americanos são utilizados como “massa de manobra” para forçar a abertura dos mercados europeus. Nesse sentido, a Alca, os acordos bilaterais ou um acordo com o Mercosul (chamado de 4 + 1) são elementos essenciais para que os Estados Unidos garantam a aprovação de suas propostas na OMC.”

Assim como dizer não à Alca, tirar a OMC dos trilhos deve ser um foco fundamental da luta feminista contra as velhas e novas formas que a opressão das mulheres assume na globalização. Já se diz por aí que Cancun será uma segunda Seattle - cidade que em 1999 ficou famosa por ter sediado o fiasco de uma cúpula da OMC. Este fracasso foi causado tanto pelo desacordo entre os países membros sobre as regras a serem estabelecidas, quanto pelas mobilizações populares massivas que tomaram a cidade denunciando a mercantilização da vida e inspirando o movimento global contra as corporações multinacionais e o neoliberalismo. O movimento de mulheres já faz parte dessa história e estará nas ruas em setembro pelo fim da tirania do livre comércio.

Estudante de Ciências Sociais e integrante da equipe técnica da SOF

Dobrar o Salário Mínimo para combater a pobreza entre as mulheres

A Marcha Mundial das Mulheres no Brasil definiu como prioridade lutar por políticas de distribuição de renda para combater a pobreza entre as mulheres.

O Brasil é um dos países que apresenta alta concentração de renda. A estrutura salarial vigente no país é determinante para essa situação. O arrocho do Salário Mínimo foi uma política deliberada que priorizou a construção de uma pequena classe média com um alto padrão de consumo enquanto a grande maioria recebe baixíssimos salários. Enquanto de 1940 a 2001 o PIB *per capita* cresceu cinco vezes, o Salário Mínimo real decresceu para menos de um terço do seu valor inicial.

As mulheres são a maioria dos que recebem Salário Mínimo. Hoje, das 30 milhões e 700 mil mulheres no mercado de trabalho, 13 milhões e 940 mil ganham até um mínimo. A Marcha Mundial das Mulheres no Brasil quer o aumento grande e progressivo do Salário Mínimo como parte de uma política de distribuição de renda e de combate à pobreza.

Desde 2002 estão sendo realizados debates nos vários estados e os primeiros passos da campanha da Marcha pela valorização do mínimo já foram dados. O cartaz já está sendo distribuído e uma cartilha, para ser usada como subsídio aos debates nos grupos, está finalizada. Novas informações sobre a campanha estarão na página eletrônica da Marcha: www.sof.org.br/marchamulheres

Trabalhadoras rurais em movimento

Em 26 de agosto deste ano, 50 mil trabalhadoras rurais, organizadas pela Contag e entidades parceiras, como a Marcha Mundial das Mulheres e a SOF, tomarão as ruas da capital federal na segunda edição da Marcha das Margaridas. A primeira, realizada em agosto de 2000, é considerada a maior manifestação de mulheres do Brasil e levou mais de vinte mil rurais para Brasília.

A Marcha das Margaridas está sendo preparada com muito entusiasmo e demonstra a força da organização das rurais. Com essa mobilização as Mar-



Reprodução do cartaz da campanha

garidas querem mudar sua história, avançar e conquistar direitos e melhores condições de vida e de trabalho; tornar realidade as propostas de eliminar do campo a fome, a pobreza e todas as formas de violência. Pretendem fortalecer as organizações e comissões de mulheres; dar visibilidade e reconhecimento ao papel político, econômico, social e cultural das mulheres trabalhadoras rurais; e tornar as agricultoras protagonistas nos processos de desenvolvimento rural sustentável.

Os eixos da Marcha são reforma agrária, meio ambiente, Salário Mínimo digno, saúde e contra a violência sexista no campo. E são justamente os eixos que mais relacionam a atividade das rurais com a Marcha Mundial das Mulheres, pois pretende combater a pobreza a partir de propostas de transformação do atual modelo econômico.

Para a campanha pelo aumento do Salário Mínimo esse será um momento importante, pela adesão da Marcha das Margaridas a esta proposta. Essa incorporação representa o fortalecimento da unidade entre mulheres do campo e da cidade, que é extremamente importante para o movimento de mulheres.



Reprodução

Agosto de 2003: a primeira grande mobilização da campanha será durante a Marcha das Margaridas, que tem o aumento do Salário Mínimo como uma de suas principais reivindicações

Mulheres com a bola toda?

Por Fernanda Estima

O distanciamento das mulheres do mundo dos esportes é cada vez menor. Mas o crescimento da participação feminina nem sempre é acompanhado de respeito ou investimento no trabalho delas. Muitas mulheres presentes nos estádios; elas têm opinião – escrevem e comentam o assunto inclusive dividindo a telinha dominical com os homens –; e também vão às vias de fato, e não são poucas as profissionais que trabalham nesta modalidade esportiva. No Brasil, há uma estimativa de cerca de 20 mil atletas, isso sem contar aquelas que simplesmente jogam por prazer e diversão.

A atuação de um trio de arbitragem totalmente feminino, pela primeira vez em uma partida do Campeonato Brasileiro, foi manchete em todos os jornais há algumas semanas. Infelizmente, todas as matérias, antes de comentar a atuação da árbitra e das bandeirinhas faziam

referência ao “charme, beleza e graça” das jovens. E olha que o trabalho delas em campo, com certeza, seria muito mais digno de “elogios”, já que o desempenho e precisão na marcação das jogadas foram consideradas excepcionais.

Mas o bom desempenho das estreiantes teve efeito contrário e não refletiu em mais partidas comandadas pelas mulheres. O responsável pela escalação dos árbitros considerou que elas ‘apreceram muito’, ‘chamaram mais atenção do que deveria’, e as colocou na geladeira. Fato que só ocorre mesmo no futebol brasileiro, que muitas vezes é vítima justamente de seus cartolas; que muitas vezes tem partidas inteiras prejudicadas por desmandos e burradas cometidas pelos árbitros. Quem sabe nosso futebol não dá um salto de qualidade com uma presença feminina maior, nos campos, nos estádios, na mídia e no controle do esporte.

o que rola

Outro Brasil é possível

O Fórum Social Brasileiro será realizado de 6 a 9 de novembro de 2003, em Belo Horizonte (MG), principalmente no campus da UFMG, no Ginásio Mineirinho e em outros espaços da região da Pampulha.

Assim como no Fórum Social Mundial, a Marcha Mundial das Mulheres continua articulando-se com os movimentos sociais e trabalhando por uma presença transversal das mulheres e da análise feminista nos debates e mobilização.

Os eixos de discussão do Fórum Social Brasileiro serão sobre imperialismo; o Brasil que temos e o Brasil que queremos; e movimentos sociais. Entre as conferências já confirmadas estão Alca e OMC e dependência externa: estratégias econômicas de dominação; Globalização armada e a militarização na América Latina; Superação do neoliberalismo através de projetos democráticos, populares, não sexistas e anti-racistas de desenvolvimento sustentável; Justiça social, direitos humanos, igualdade entre mulheres e homens, gerações e a superação do preconceito racial no Brasil; Estado e movimentos sociais: repressão, cooperação, cooptação; e A ação global dos movimentos sociais. Também serão realizadas mesas de diálogo e controvérsia, seminários, atividades auto-gestionadas, painéis, oficinas e testemunhos.

O Conselho Brasileiro estará reunido nos dias 9 e 10 de agosto, no Rio de Janeiro, e a pauta será o eixo Imperialismo. O lançamento oficial do FSB está marcado para o dia 30 de julho, em Belo Horizonte, no Palácio das Artes, das 11 às 13 horas.

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Butto, Francisca Rocicleide da Silva (Roci), Helena Bonumá, Ivete Garcia, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), Maria Ednalva Bezerra de Lima, Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria de Fátima da Costa, Maria Oflia Bocchini, Martha de la Fuente, Mary Garcia Castro, Matilde Ribeiro, Raimunda Celestino Macena e Tatau Godinho.

A Folha Feminista, ISSN 1516-8042, é um boletim da SOF na luta feminista. Este número tem apoio financeiro da Fundação Heinrich Böll.

EQUIPE EDITORIAL

Diretora Responsável: Nalu Faria

Editora: Fernanda Estima (Mtb 25.075)

Projeto Gráfico: Alexandre Bessa

Diagramação: Márcia Helena Ramos

Fotolito: Input

Impressão: RWC Artes Gráficas

Tiragem: 1.500 exemplares

Número avulso: R\$1,50

Assinatura anual (10 números): R\$15,00

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros

05417-080 - São Paulo / SP

Tel/fax: 3819-3876

Correio Eletrônico: sof@sof.org.br

Página na internet:

<http://www.sof.org.br>

próximos números

- SAÚDE DA MULHER
- AÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS